

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Contribuintes de Manaus vão poder parcelar dívidas em até 36 vezes

**Veículo:** D24 AM

**Data:** 06.11.18

**Caderno:** Economia

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <http://d24am.com/economia/contribuintes-de-manaus-vaopoder-parcelar-dividas-em-ate-36-vezes/>

ECONOMIA

Publicado em 6 de novembro de 2018 às 06:00

# Contribuintes de Manaus vão poder parcelar dívidas em até 36 vezes

O valor da parcela deve ser correspondente a, no mínimo, uma Unidade Fiscal do Município (UFM) para pessoa física

Édria Caroline / [redacao@diarioam.com.br](mailto:redacao@diarioam.com.br)



**Manaus** - Contribuintes com débitos municipais terão a oportunidade de parcelar as dívidas até a data de 21 de dezembro por meio do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI-Manaus), criado pela Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno (Semef). O lançamento foi feito, na manhã de ontem, pelo prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto.



Contribuintes com débitos municipais terão a oportunidade de parcelar as dívidas. (Foto: Alex Pazuello/Semcom)

O PPI-Manaus oferece parcelamentos de até 36 vezes com 100% de desconto sobre multas e juros em caso de pagamento em cota única, 80% para pagamento de duas a três parcelas, 60% no caso de pagamento de quatro a seis parcelas, 50% em pagamentos feitos de sete a 12 parcelas e 40% para pagamentos realizados de 13 a 36 pagamentos.

O valor da parcela deve ser correspondente a, no mínimo, uma Unidade Fiscal do Município (UFM) para pessoa física, duas UFM's para pessoas jurídicas do Simples Nacional e três UFM's para demais pessoas jurídicas. O vencimento da primeira parcela ocorre dois dias úteis, após a data de pedido de parcelamento.

A meta do novo programa da Prefeitura é arrecadar, aproximadamente, R\$ 80 milhões, de um montante de R\$ 6 bilhões de tributos não arrecadados, valor maior que o orçamento do município.

“Metade desse valor se refere a juros e multas, que é justamente o que nós estamos descontando. Então, é um incentivo muito bom para quem quer se regularizar com a Prefeitura”, explica o secretário da Semef, Lourival Litaiff Praia. O secretário também alerta que as dívidas acima de R\$ 30 mil serão repassadas à Procuradoria Geral do Município (PGM) para serem ajuizadas.

Além do recurso, a expectativa do prefeito de Manaus é regularizar a vida de 400 mil contribuintes que estão em situação de débito com a administração municipal. “Às pessoas que não puderam pagar os seus impostos nós estamos dando a oportunidade de pagamento em dia, com desconto, para que regularize a vida”, afirma Arthur Ílio Neto.

O prefeito disse, ainda, que solicitou da Semef uma avaliação das pessoas que não tem condições de pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para uma cobrança mais eficaz. “A gente tem que tirar esse dinheiro que não entra e buscar para valer o dinheiro que vai entrar porque pode entrar”, enfatiza.

O contribuinte que quiser fazer o pagamento à vista já pode emitir a guia de pagamento. Dentro de alguns dias o serviço também estará disponível para parcelamento em até seis vezes.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Aumento do teto para financiamento estimula o mercado imobiliário

**Veículo:** Revista News

**Data:** 06.11.18

**Caderno:** News

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <https://revistanews.com.br/2018/11/06/aumento-do-teto-para-financiamento-estimula-o-mercado-imobiliario/>

# Aumento do teto para financiamento estimula o mercado imobiliário

NEWS - 2018-11-06



Quem procura adquirir um imóvel através de financiamento habitacional irá encontrar no mercado hoje uma boa quantidade de opções. É possível se enquadrar em uma das faixas do Minha Casa Minha Vida, obter financiamento vinculado ao FGTS ou mesmo com recursos captados das poupanças (SBPE). No caso de financiamentos com recursos do FGTS, a boa notícia é que agora se pode financiar imóvel de até R\$ 1,5 milhão, em todo o território nacional.

Anteriormente, era admitido o financiamento de imóvel vinculado ao FGTS tendo como teto o valor de R\$ 950 mil para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal, e R\$ 800 mil para as demais regiões. “O aumento do limite foi alterado em julho de 2018, mas com previsão de vigência para janeiro de 2019. Após análise pelo colegiado formado pelo Ministério da Fazenda, do Planejamento e Banco Central, optou-se por antecipar a medida”, como conta o presidente da Associação Brasileira dos Mutuários da Habitação (ABMH), Vinícius Costa. De acordo com ele, o Brasil sofre uma supervalorização de imóveis, o que faz com que o preço dos bens esteja, muitas vezes, acima do que realmente possa valer. Considerando que sob o ponto de vista da valorização das unidades habitacionais o mercado imobiliário não sofreu muito com as crises vividas no país, é certo que o preço dos imóveis não caiu substancialmente. “Em algumas regiões, inclusive, houve valorização, o que afeta diretamente no preço das unidades imobiliárias.”

É crescente também a procura por imóveis de alto padrão, o que se encaixa justamente nesse novo teto fixado. Para Vinícius Costa, o lado bom de toda essa situação é que agora o cidadão poderá utilizar o seu saldo de FGTS na aquisição dos imóveis de maior valor de mercado, dando uma verdadeira utilidade para o seu FGTS. “As regras para concessão do financiamento habitacional vinculado ao FGTS não mudam, apenas abriu-se a oportunidade de se adquirir imóveis de maior valor de mercado.” Segundo o presidente da ABMH, a medida tem como intuito atingir uma parte de população brasileira que tem condições de adquirir imóvel de alto padrão e possui saldo em conta de FGTS. “Economicamente falando, é uma forma de movimentar dinheiro em operações seguras, porém visando uma parcela específica da população que está apta a investir valor vultoso na aquisição de um imóvel”, avalia.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** CAE do Senado terá sessão extraordinária para votar distrato imobiliário

**Veículo:** IstoÉ

**Data:** 06.11.18

**Caderno:** Economia

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <https://istoe.com.br/cae-do-senado-tera-sessao-extraordinaria-para-votar-distrato-imobiliario/>

### ECONOMIA

# CAE do Senado terá sessão extraordinária para votar distrato imobiliário

Estadão Conteúdo

© 06/11/18 - 13h00

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), convocou para as 14h30 da quarta-feira, dia 7, uma sessão extraordinária para discussão do projeto de lei nº 68, que define regras para a desistência da compra de imóveis na planta, o chamado distrato imobiliário.

A convocação ocorre depois de, na sessão ordinária desta terça-feira, haver pedido de vista coletiva do projeto, que está sob a relatoria do senador Armando Monteiro (PTB-PE).

Polêmico, o projeto já havia sido apreciado pela CAE em julho, sendo que na ocasião ele foi rejeitado.

Em agosto, um recurso foi apresentado, para nova apreciação. Além disso, foram propostas emendas ao texto original, numa tentativa de torná-lo mais palatável aos senadores.

Na sessão desta terça, alguns senadores discutiram aspectos da proposta, já com as emendas, mas o pedido de vista acabou adiando a votação.

Em função do cronograma do Senado nas próximas semanas e da importância do projeto – visto por vários parlamentares como uma ferramenta para destravar o mercado imobiliário –, Jereissati decidiu convocar uma sessão extraordinária para a tarde desta quarta-feira.

Se aprovado na CAE, o projeto ainda terá que passar pelo plenário do Senado e, depois, voltar para a Câmara, onde iniciou a tramitação.



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Comissão pode votar cota do Minha Casa Minha Vida para trabalhador da construção civil

**Veículo:** Senado Notícias

**Data:** 31.10.18

**Caderno:** Social

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/05/comissao-pode-votar-cota-do-minha-casa-minha-vida-para-trabalhador-da-construcao-civil>

# Comissão pode votar cota do Minha Casa Minha Vida para trabalhador da construção civil

Da Redação | 05/11/2018, 17h52



Antônio Cruz/Agência Brasil

### Saiba mais

[Veja a pauta completa da CDR](#)

### Proposições legislativas

[PLS 331/2015](#)

[PLS 68/2016](#)

Os trabalhadores da construção civil poderão ter direito a uma cota de 5% das unidades produzidas no Programa Minha Casa Minha Vida. Projeto que trata do assunto poderá ser votado pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), em reunião marcada para as 9h desta quarta-feira (7).

A autora do projeto (PLS 331/2015), senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), alega que as exigências burocráticas do Minha Casa Minha Vida impedem que segmentos carentes de atendimento habitacional sejam beneficiados. No caso dos trabalhadores da construção civil, a senadora afirma que essa exclusão é "particularmente perversa", uma vez que eles são a mão de obra responsável pelo programa.

A relatora é a senadora Regina Sousa (PT-PI), favorável à proposição. Já o senador José Medeiros (Pode-MT), apresentou voto em separado pela rejeição do projeto — que tramita em caráter terminativo. Se aprovado e não houver recurso para o Plenário, o projeto seguirá direto para a análise da Câmara dos Deputados.

### Zona Verde

A comissão ainda vai analisar o projeto que trata da garantia de isenção de Imposto de Importação na compra de máquinas, insumos e equipamentos para as indústrias instaladas na Zona Franca Verde (PLS 68/2016). Criada em 2009 e regulamentada em 2015, a Zona Franca Verde engloba indústrias localizadas nas áreas de livre comércio de Tabatinga (AM), Macapá e Santana (AP), Guajará-Mirim (RO), Brasília e Cruzeiro do Sul (AC).

Apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o projeto conta com o apoio do relator, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP). Se aprovada na CDR, a matéria seguirá para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde vai tramitar em caráter terminativo.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Construção 4.0: Seminário Internacional da CICA aborda a construção de cidades mais inteligentes e inovações para o setor de infraestrutura

**Veículo:** CBIC Hoje

**Data:** 05.11.18

**Caderno:** Newsletter

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/10/CBIC-HOJE-05.11.2018.pdf>

### Construção 4.0: Seminário Internacional da CICA aborda a construção de cidades mais inteligentes e inovações para o setor de infraestrutura



A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), representada pelo presidente José Carlos Martins e a gestora dos projetos de infraestrutura da entidade, Denise Soares, participou hoje (05) do Seminário Internacional da Confederação Internacional das Associações de Construção (CICA), realizado em Paris, na França. Com a temática “Construção 4.0 para Cidades e Infraestrutura Mais Inteligentes”, o evento objetivou contextualizar e debater os desafios e panoramas para a era da “Construção 4.0”, considerada por especialistas como a nova etapa da Revolução Industrial, marcada pela conectividade digital, que permite a integração de novas ferramentas tecnológicas para a otimização de processos dentro do setor da construção, abrindo também um novo leque de possibilidades para a estruturação de cidades mais funcionais.

Após introdução realizada pelo presidente da CICA, o chileno Jorge Mas, o evento teve segmento com palestras que abordaram a reinvenção do setor da construção frente às novas demandas de produtividade e os desafios da indústria e suas federações para manter-se na liderança. Entre os estudos de caso expostos, Ricardo Platt, ex-presidente da FIIC (Federação Interamericana da Indústria da Construção), apresentou a perspectiva latino-americana dentro desse cenário.



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Entidade organizadora do 90º ENIC encerra edição 2018 do evento e repassa recursos para CBIC

**Veículo:** CBIC Hoje

**Data:** 05.11.18

**Caderno:** Newsletter

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/10/CBIC-HOJE-05.11.2018.pdf>

### Entidade organizadora do 90º ENIC encerra edição 2018 do evento e repassa recursos para CBIC



Foto: Guilherme Kardel

Um evento exitoso, a despeito dos impactos da crise que ainda desafiam a indústria da construção. Esse foi 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), realizado na cidade de Florianópolis em maio passado. A Associação dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil do Estado de Santa Catarina (Asicc-SC), que aglutinou entidades do setor em Santa Catarina para realizar o evento, finalizou a gestão dessa edição e repassou uma contribuição financeira à Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), promotora do ENIC. "Fizemos um grande esforço, mas estamos muito satisfeitos. O 90º ENIC manteve a tradição de um evento robusto e qualificado", comentou Marco Alberton, presidente da Asicc-SC. "Muito do sucesso do ENIC vem do compromisso e dedicação dos nossos associados, que se superam a cada edição", disse o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

Em 2019, mudanças serão feitas no evento e a CBIC passa a cuidar de sua realização. O 91º ENIC será realizado no Rio de Janeiro, no Centro de Convenções do Hotel Windsor Barra, onde o evento aconteceu há 10 anos. "O espaço foi ampliado e há 400 opções de hospedagem disponíveis no próprio hotel e no Windsor Oceanico, contíguo ao evento", disse Roberto Kauffman, coordenador do 91º ENIC.

Faça sua inscrição e reserva no hotel do evento aqui: <http://cbic.org.br/enic/>

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Novo governador do Amazonas herdará economia 'desequilibrada'

**Veículo:** Em Tempo

**Data:** 04.11.18

**Caderno:** Especiais

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <http://d.emtempo.com.br/economia/126617/novo-governador-do-amazonas-herdara-economia-desequilibrada>

### Novo governador do Amazonas herdará economia 'desequilibrada'

Mesmo com um orçamento estimado em R\$ 17,9 bilhões para 2019, especialistas afirmam que há uma necessidade de medidas urgentes contra o desequilíbrio fiscal

NARITHA MIGUEIS E EMERSON QUARESMA | 04 de novembro de 2018 - 11:22



**Manaus** - Déficit econômico nas contas do Estado, ameaças à Zona Franca de Manaus (ZFM), desemprego de, aproximadamente, 200 mil amazonenses, reajustes de servidores públicos estaduais da educação, saúde, segurança pública e setor primário, além do não pagamento de emendas impositivas de parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aeam). Esses são apenas alguns dos principais desafios econômicos que o governador do Estado eleito, Wilson Lima (PSC), terá que lidar a partir do dia 1º de janeiro de 2019.

Para que o equilíbrio das contas e dos serviços públicos sejam recuperados, segundo especialistas em economia, reformas profundas precisam ser realizadas. Mas como conseguir fazer tudo isso se o Estado está com déficit econômico? Para 2019, o orçamento do governo previsto é de R\$ 17,9 bilhões, sendo 7,8% para o Poder Judiciário, 6,9% para o Legislativo e 3,9% para o Tribunal de Contas e Defensoria Pública do Estado do Amazonas.

O governador eleito do Amazonas, demonstrou estar atento às articulações nacionais que possam vir a afetar o modelo da Zona Franca de Manaus. Ao defender a inserção de novas matrizes produtivas na região, Wilson Lima informou que já está em contato com a equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro, e com os governadores dos outros Estados para conter o desemprego e abrir novos postos de trabalho.



Zona Franca de Manaus é outro quesito a ser discutido com o governo federal | Foto: Agência Brasil

Lima diz que já expressou a sua preocupação quando se fala em alterar os incentivos que são inerentes ao Polo Industrial de Manaus (PIM).

“O nosso maior desafio é proteger a ZFM. O Amazonas não pode ser dependente de um só modelo econômico, temos potencial muito grande para atingir outros mercados. Estou buscando alianças com outros Estados, assumindo o compromisso de montar um bloco para lutar por interesses comuns e ter a garantia de Paulo Guedes (futuro ministro da área Economia) e do presidente eleito, Jair Bolsonaro, de que a Zona Franca não terá seus incentivos retirados”, afirma.

Lima também observa que a legalização da Feira do Paraguai é outra ameaça ao modelo ZFM. “O produto oriundo do exterior promove concorrência desleal aos fabricados no PIM. Como tem custo de produção menor (legislação trabalhista e tributária flexível, além de energia barata) entram no Brasil custando menos do que os produtos nacionais. O que já está posto na Constituição tem que continuar sendo respeitado. Esse é nosso pleito junto ao presidente da República eleito”, diz.

Para o doutor em economia e vice-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon), Nilson Pimentel, os desafios econômicos que Lima precisa enfrentar, a partir do dia 1 de janeiro, são enormes, uma vez que o déficit econômico influencia na saúde, segurança e educação.

“O novo governador do Amazonas está herdando uma economia desequilibrada. O Amazonas está com um desequilíbrio fiscal imenso e se o novo governador não tomar algumas providências em caráter de urgência, a situação pode ficar pior, uma vez que dependemos exclusivamente do Polo Industrial de Manaus (PIM). Sem o PIM, a economia amazonense não existe”, enfatiza Pimentel.



Entre os desafios do governo para os próximos anos estão os reajustes dos servidores aprovados neste ano, como o aumento de 27,2% para aos profissionais da educação | Foto: MARCELO CADILHE

Segundo o economista, investimentos em infraestrutura, logística e desenvolvimento econômico serão possíveis apenas se o novo governador reestruturar a arquitetura orgânica que está totalmente desestruturada e desorganizada, desde o governo Melo.

“Sem isso, ele não vai conseguir governar fazendo a diferença. Será um governo mais do mesmo. Ele precisa fazer investimentos em infraestrutura e logística para que o Estado tenha uma plataforma que possibilite o seu desenvolvimento. Para conseguir fazer isso, ele tem que procurar atrair investimentos nacionais e internacionais e parceria público-privada”, avalia.

O especialista diz que, o pensamento de certa forma atrasado, que se implantou desde quando a Zona Franca de Manaus começou há 50 anos, fez com que a economia do Estado ficasse acomodada. Para ele, Lima precisa se cercar de um secretariado técnico, com especialistas nas áreas de competência e não fazer alianças políticas, que é o que tem acontecido nos últimos governos.

Pimentel explica que, atualmente o Amazonas é um repassador de fluxo tributário financeiro ao Governo Federal, algo em torno de 53% a 56%, que varia mês a mês. São tributos líquidos arrecadados que não retornam, uma vez que o governo do Estado não formata projetos econômicos ou sociais de grandes competências para trazer os recursos de volta.

“A questão da ZFM é estritamente política. Cabe ao novo governante ações efetivas que possibilitem a reestruturação da ZFM e do PIM, haja vista que esse declínio industrial é a desinstalação das fábricas. O nosso distrito industrial foi abandonado politicamente. A Suframa perdeu toda a importância administrativa financeira, que hoje é apenas simbólica”, diz.



Atualmente o Amazonas é um repassador de fluxo tributário financeiro ao Governo Federal, algo em torno de 53% a 56% | Foto: DANIEL TEIXEIRA

## Desemprego

O desemprego em massa de, aproximadamente, 12 milhões no Brasil e mais de 200 mil, só Amazonas, influencia na segurança, saúde e educação. Isso faz com que as pessoas comecem a investir na informalidade, que é boa até certo limite, mas depois prejudica a economia.

Há alguns anos a ZFM era fonte de enormes recursos, atualmente com as empresas deixando o PIM, acabou colocando o Amazonas na situação de Estado com o maior número de desempregados da Região Norte, segundos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse número não está mais sendo absorvido pelo PIM, causando uma enxurrada de pessoas tentando sobreviver com o trabalho informal.

“Já temos três gerações de amazonenses que estão desempregados e estamos entrando na quarta geração sem emprego. Hoje na Região Norte nós somos o Estado com o maior número de desempregados, que não serão mais absorvidos pelo PIM. O PIM está em declínio, com fugas de empresas para as ‘maquilas’ do Paraguai e ninguém faz nada”, alerta o economista.

## Servidores

Com base no Relatório de Gestão Fiscal, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam), David Almeida (PSB), alerta que o Amazonas já ultrapassou o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com os gastos com pessoal e já está bem perto de ultrapassar o limite máximo, que é 49% da receita do Estado.

De acordo com David, o Tesouro Nacional aponta que o limite prudencial dos gastos com pessoal, que é 46,55% da receita do Estado, foi ultrapassado em abril deste ano ao alcançar 47,10%. Segundo David, já em setembro deste ano, o governo atingiu 48,70% nos gastos com a folha de pessoal, bem próximo do limite máximo de 49%, estabelecido pela LRF.

“

*Não tem segredo, basta adotar os mesmos princípios que utilizamos nas nossas casas, quando gastamos de forma consciente. O serviço público tem que trazer para dentro da administração, os princípios da iniciativa privada, com a otimização dos recursos. Mas não é isso que está sendo feito no Amazonas*

”

David Almeida, presidente da Aleam

Diante do desequilíbrio com a folha de pagamento, David lembra que entre os desafios do governo para os próximos anos estão os reajustes dos servidores aprovados neste ano, como o aumento de 27,2% para aos profissionais da educação, parcelada em três vezes, sendo 7,41% neste ano, a data base referente aos anos de 2017 e 2018, mais 8,12% também neste ano, referente à data-base de 2015, e mais 9,38%, referente a 2016, que deve ser liquidado em 2019.

Para os profissionais da saúde, a Assembleia aprovou um reajuste de 24,52%, cuja primeira parcela de 10,85% que deva ser paga ainda em dezembro deste ano, e a segunda, de 12,25%, que deve ser paga em 2019, com as correções da inflação.

Na área de segurança pública, David lembrou ainda do reajuste da Polícia civil, de 11% em 2018, para peritos e escrivães, e o reajuste de 23% a ser pago a partir de 2019 até 2021, de forma escalonada, recompondo as datas-bases não cumpridas em 2015, 2016 e 2017. Os peritos também obtiveram reajuste de 108%, concedido pelo governo. Já a Polícia Militar o reajuste foi de 24%, com a primeira parcela de 4,08%, agendada para abril deste ano, a segunda de 10,85%, para 1º de abril de 2019 e a terceira de 9,27%, em 2020.

O parlamentar explicou que, tudo que está marcado para ser pago, a partir de 2019, deve ser levada em consideração a reposição da inflação. “Para a Polícia Militar, por exemplo, a parcela para 2019 de 10,85%, mais a reposição da inflação. Vamos colocar aí 3%. Estamos falando de 13.85%. São acordos que foram firmados pelo governo do Estado, que hoje está a beira de comer crime de responsabilidade fiscal, com os custos com pessoal bem próximo do limite máximo da Lei de Responsabilidade Fiscal”, explicou.

### **Parlamento**

O deputado Serafim Corrêa (PSB), defendeu que o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), confeccione um relatório da real situação financeira do Amazonas, para ser entregue à equipe de transição de Wilson Lima. A sugestão do parlamentar baseia-se na postura adotada pelo Governo Federal, que preparou o chamado “livro branco”, que é um relatório completo da situação do país, incluindo o cenário financeiro dos Estados.

“Espero que em nível estadual aconteça exatamente o mesmo, que o secretário Alfredo Paes (Sefaz), tenha preparado um diagnóstico da situação financeira, porque quando o governador Amazonino (Mendes) se elegeu em 2017, ele disse que estava sendo eleito para arrumar a casa. Então é a hora de apresentar à sociedade um diagnóstico de qual é a situação do Estado e quais são as alternativas que temos daqui em diante”, defende Serafim.

O deputado lembra das emendas impositivas apresentadas pelos deputados, que até o momento não foram executadas pelo atual governo. “Amazonino se elegeu em 2017 e jurou cumprir a Constituição, e lá está dito que as emendas impositivas devem ser pagas. É bom esclarecer que emenda impositiva não é dinheiro para deputado. São emendas que se destinam a órgãos, inclusive da própria administração pública estadual. Mas, o governador diz reiteradamente que não paga e nós precisamos de uma resposta”, sustenta.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Mercado imobiliário comemora novo teto com recursos do FGTS

**Veículo:** Correio Braziliense

**Data:** 31.10.18

**Caderno:** Economia

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:**

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/10/31/internas\\_economia,716589/mercado-imobiliario-comemora-novo-teto-com-recursos-do-fgts.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/10/31/internas_economia,716589/mercado-imobiliario-comemora-novo-teto-com-recursos-do-fgts.shtml)

## Mercado imobiliário comemora novo teto com recursos do FGTS

Para representantes do setor, antecipação da regra que permite financiar imóveis de até R\$ 1,5 milhão com depósitos do fundo deve estimular a venda de unidades novas e usadas que não vinham encontrando compradores



Bruno Santa Rita\*



Rosana Hessel

postado em 31/10/2018 06:00 / atualizado em 31/10/2018 15:34



Humberto Souza Filho acaba de se divorciar e planeja usar o fundo para comprar uma nova moradia

(foto: Barbara Cabral/Esp. CB/D.A Press)

A partir de hoje, os bancos podem disponibilizar linha de financiamento imobiliário pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) para imóveis avaliados em até R\$ 1,5 milhão. Esse é o novo limite para os empréstimos para a compra da casa própria, com possibilidade de utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em todos os municípios brasileiros, sem diferenciação. A expectativa do mercado e do governo é de que a medida possa estimular o setor, mas as autoridades ainda não têm uma estimativa do impacto na economia.



## Decisão

Os antigos limites de avaliação para o SFH variavam de acordo com a localidade. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal tinham teto de R\$ 950 mil. Os demais municípios do país, de R\$ 800 mil. “A indústria pediu a antecipação da medida porque as vendas de imóveis com valores acima desses tetos, até R\$ 1,5 milhão, estavam paradas desde julho, uma vez que o consumidor resolveu adiar a decisão de compra e esperar o novo limite para usar o FGTS e aproveitar os juros mais baixos do SFH”, explicou José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic).

Martins acredita que o mercado possa ser estimulado com a mudança, mas não acredita que a medida será suficiente para reverter a previsão de queda de 1% nas vendas em 2018. Segundo ele, o estoque de imóveis vem baixando, mas o grosso das vendas, cerca de 65%, é de unidades populares do programa Minha Casa Minha Vida. Nessa modalidade, as taxas da Caixa são ainda mais baixas: variam de 4,59% a 8,47%, dependendo da faixa de renda familiar.

Já o diretor comercial da Lopes Royal, Leonel Alves, demonstrou bastante otimismo com o novo teto. “A gente enxerga isso como uma estratégia muito boa. O mercado necessita desse tipo de medida para que volte a ter aquele ciclo virtuoso”, afirmou. A expectativa dele é de que a antecipação traga mais clientes buscando financiamento imobiliário com o FGTS.

A mudança, anunciada em junho, deveria entrar em vigor somente em janeiro de 2019, mas, a pedido da indústria de construção civil, o aumento do teto foi antecipado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na segunda-feira passada.

A Caixa Econômica Federal informou que reservou o dia de ontem para fazer “todas as adaptações e ajustes necessários para adequação ao novo contexto” e que, hoje, inicia a oferta dos financiamentos nas novas condições. O empréstimo está limitado a 80% do valor de avaliação, conforme regra do próprio CMN, a fim de que “o cliente se beneficie das taxas mais baratas e utilize o FGTS tanto na entrada quanto na aquisição total do imóvel”. As taxas dos financiamentos pelo SFH são mais baixas do que as do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI). Na Caixa, por exemplo, os juros variam de 9,5% a 11,5% ao ano pelo SFI, enquanto que, com carta de crédito do FGTS, vão de 5,11% até 10,25%, dependendo da linha de crédito e da renda bruta familiar.

## Condições

É o que pretende fazer o assistente administrativo Humberto Sousa Filho, de 33 anos, que planeja usar o Fundo de Garantia para comprar uma nova moradia, porque acaba de se divorciar. Sousa foi ontem ao banco para conhecer as novas condições de financiamento e contou que, com a separação, a ex-esposa ficou com a casa onde moravam. “A gente fez um acordo. Ela ficou com a casa e pagou a parte do imóvel a que eu tinha direito”, disse. Para ele, é ótimo poder usar o FGTS. “É uma opção que facilita a compra de imóveis. Sem esse recurso, fica mais difícil.”

Fabio Bentes, chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), considerou a medida do CMN positiva para a construção civil, setor da indústria que mais vem demorando para se recuperar da crise. “A mudança pode ajudar o segmento, assim como o mercado de crédito. Até setembro, a concessão de financiamentos imobiliários registrou queda de 1,5% no ano, descontada a inflação. Mas o impacto na economia deverá ser pequeno, porque restam apenas dois meses para o ano acabar”, avaliou.

Segundo Bentes, o cenário político-econômico ainda está muito conturbado, e o consumidor pode resolver esperar mais um pouco para ver se o novo governo anuncia novas medidas para estimular a compra de imóveis. “O consumo de um bem de valor maior, como a casa própria, exige a confiança das famílias de que a economia e o emprego vão se recuperar. Contudo, a ilusão monetária do 13º neste fim de ano pode ser um estímulo para o setor imobiliário”, completou.

O presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 8ª região (Creci-DF), Hermes Alcântara, espera crescimento das vendas. “Isso deve acontecer, justamente, porque a medida amplia a capacidade de quem está querendo comprar imóvel sacando os recursos do FGTS para completar o financiamento”, ressaltou. “Ela vai trazer os clientes mais rapidamente para as imobiliárias.”

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Entidades da indústria reúnem especialistas para debater futuro do setor de saneamento básico em Brasília

**Veículo:** CBIC Hoje

**Data:** 05.11.18

**Caderno:** Newsletter

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/10/CBIC-HOJE-05.11.2018.pdf>

## Entidades da indústria reúnem especialistas para debater futuro do setor de saneamento básico em Brasília



2018  
NOV  
07

Auditório Armando Monteiro Neto  
CNI | Brasília | DF

seminário  
saneamento  
2019 - 2022

INSCREVA-SE

**APOIO**

**REALIZAÇÃO**

Confederação Nacional da Indústria  
CNI - A FORÇA DO BRASIL REGISTRADO

Especialistas e representantes de entidades industriais se reunirão em Brasília, na quarta-feira (7), para debater o futuro do setor de saneamento e as oportunidades de ampliação dos investimentos nos serviços de água e esgoto. Realizado na **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**, o Seminário Saneamento 2019-2022 tem como o objetivo discutir caminhos e propostas, como a Medida Provisória nº 844, que contribuam para o país reduzir o atraso histórico no atendimento à população.

O seminário é uma iniciativa da CNI com a Associação Brasileira das Concessionárias de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON), com apoio da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (ABDIB) e da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM). Para as entidades, o saneamento básico precisa estar entre as prioridades do governo eleito, como agenda tanto da área de infraestrutura como de saúde pública.

A entidades reforçam a importância da ampliação dos investimentos em serviços de água e esgoto à população para superar os graves índices hoje observados no Brasil. Cerca de 35 milhões de brasileiros não têm acesso a água tratada. Metade da população não tem acesso aos serviços de coleta de esgoto. Dos efluentes coletados, apenas 45% são tratados. Além disso, 1.935 dos 5.570 municípios brasileiros (IBGE), ou 34,7% do total, ainda registram epidemias ou endemias relacionadas à falta ou à deficiência de saneamento básico.

Segundo o estudo Saneamento Básico: Uma agenda regulatória e institucional, entregue em julho pela CNI aos candidatos à Presidência da República, para reverter esse quadro e atingir as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), o Brasil precisa ampliar em 62% os investimentos no setor, o que significa aumentar a média anual de recursos para o setor dos atuais R\$ 13,6 bilhões para R\$ 21,6 bilhões.

O Seminário Saneamento (2019-2022) será dividido em dois painéis, que discutirão oportunidades de ampliação dos aportes no setor e os investimentos privados e a eficiência na prestação de serviços em água e esgoto. O evento também contará com a apresentação de dois estudos inéditos. A consultoria KPMG divulgará o trabalho Necessidades de investimento para Universalização dos Serviços. O Instituto Trata Brasil, por sua vez, o documento A Infraestrutura que Salva Vidas - Benefícios Socioeconômicos da Expansão do Saneamento.

Conheça a **programação completa** e os expositores que participarão do Seminário Saneamento (2019-2022).

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** TST muda entendimento sobre aplicação do IPCA-E, veja na última edição do Radar Trabalhista da CPRT/CBIC

**Veículo:** CBIC Hoje

**Data:** 05.11.18

**Caderno:** Newsletter

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/10/CBIC-HOJE-05.11.2018.pdf>

### TST muda entendimento sobre aplicação do IPCA-E, veja na última edição do Radar Trabalhista da CPRT/CBIC



Um dos destaques da última edição do Radar Trabalhista CPRT/CBIC é a mudança de entendimento do TST sobre a aplicação do IPCA-E na correção monetária. A partir de agora, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) só deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas entre 25 de março de 2015 e 10 de novembro de 2017. No período anterior a 24 de março de 2015 e posterior a 11 de novembro de 2017, a Taxa Referencial (TR) deve ser utilizada como índice de atualização dos débitos trabalhistas. Assim decidiu, por maioria, a 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho em acórdão publicado nesta quinta-feira (1º/11).

**Veja aqui** a íntegra da nota. **E aqui a edição 66/2018** do Radar Trabalhista.

Todas as edições do Radar Trabalhista também podem ser acessadas pelo site da CBIC, no link: <https://cbic.org.br/relacoestrabalhistas/radar-trabalhista/>

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** BRT é tema de debate na Câmara Municipal

**Veículo:** Acrítica

**Data:** 06.11.18

**Caderno:** Política

**Página:** A6

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)



**LARISSA CAVALCANTE**  
politica@acritica.com

A demora na implantação do sistema de mobilidade urbana Bus Rapid Transit (BRT) em Manaus foi tema de debate acalorado na sessão de ontem na Câmara Municipal de Manaus (CMM). Em fevereiro, um consórcio de empresas esteve na capital e apresentou proposta para o novo modal. O vereador Chico Preto (PMN) cobrou da administração pública municipal cópia do estudo de viabilidade para implantação do BRT.

Da tribuna da CMM, o vereador Claudio Proença (PR) justificou que a ausência de investimentos em mobilidade urbana é reflexo da crise econômica que culminou na queda de receita do sistema de transporte público. "(É) por conta até do crescimento de forma desenfreada dos aplicativos (de transporte de passageiros) e a dificuldade de trazer investidores para o sistema de transporte. Ninguém investe, sem garantia de receita", disse.

Proença afirmou que o "prefeito no ano de 2019 estará fazendo uma verdadeira transformação dentro de Manaus com investimentos em mobilidade urbana, em viadutos e na implantação do BRT" acrescentando que o projeto básico para implantação do sistema está pron-

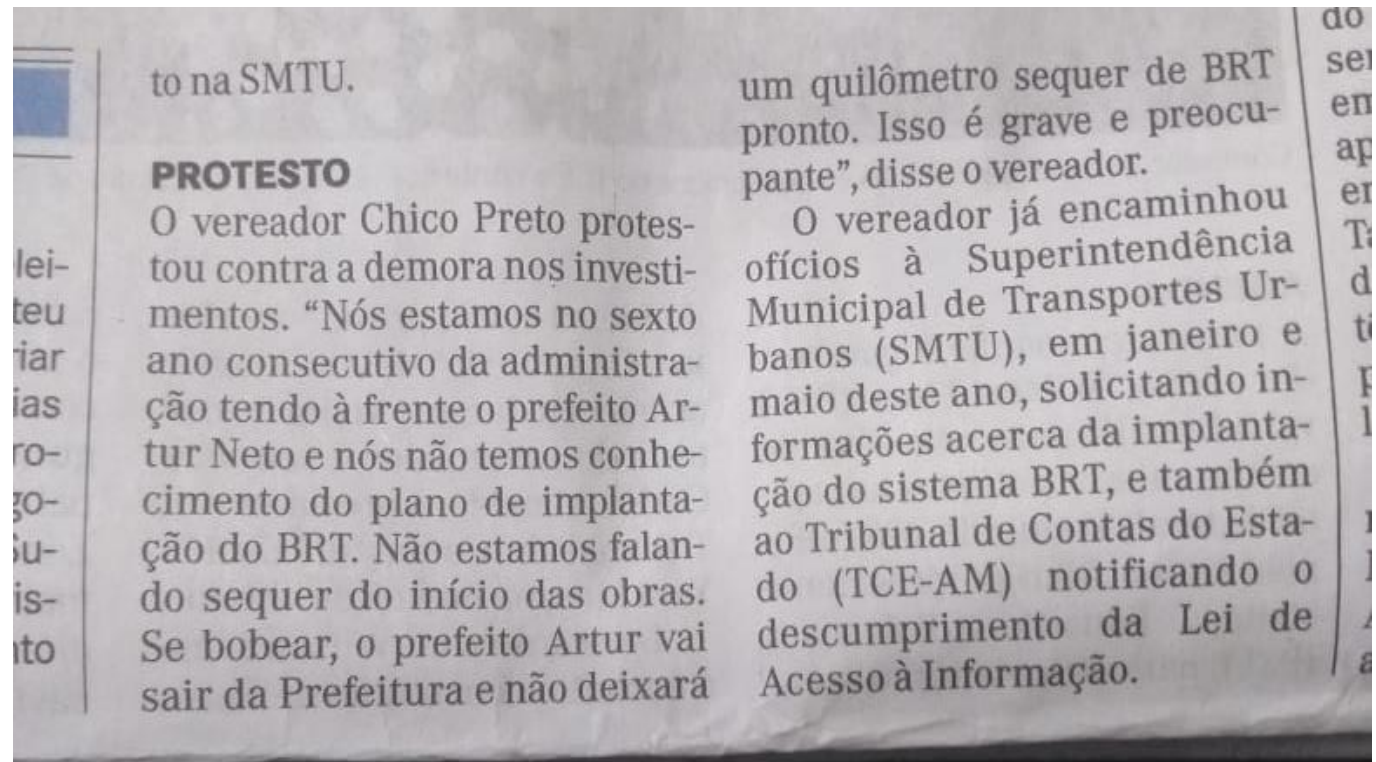


Vereador Claudio Proença (PR) afirma qu

### Saiba mais

#### >> Não cumpriu

Durante a campanha à reeleição, em 2016, Artur prometeu implantar o BRT, ou seja, criar um sistema com ônibus, vias exclusivas e terminais. A promessa consta no plano de governo registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entrevistas e debates, e até o momento não foi colocado em prática.



## Mais notícias

CBIC Hoje

[NEWSLETTER 05/11/2018 / EDIÇÃO 6176](#)

Investimentos e Notícias

[Preço de venda de imóveis residenciais ficam estáveis em outubro, aponta Índice FipeZap](#)

TERRA

[Com o crescimento do mercado imobiliário, Workshop ensina como ter sucesso investindo em imóveis no Brasil e EUA](#)

## AGENDA

Novembro

**22** | Seminário Nacional da Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição 2018

**SEMINÁRIO NACIONAL ABRECON 2018**  
RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA  
CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO

NATIONAL SEMINAR OF  
CONSTRUCTION AND  
DEMOLITION WASTE IN BRAZIL

às 08h  
**22/NOV**

**PARTICIPE DO  
MAIOR EVENTO  
DE RCD DO BRASIL**

Junto a Waste Expo 2018,  
no Centro de Exposições Pro Magno  
em São Paulo - SP

